

## Os cidadãos e o sistema político: identificação ou descontentamento?<sup>1</sup>

Paulo Ferreira da Cunha<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo é o texto de uma arguição em provas de doutoramento em ciência política. A pesquisa em questão é uma tentativa de medir o pulso ao contentamento ou descontentamento populares com o presente regime e sistema político portugueses.

**Palavras Chave:** sistema político, democracia, Portugal, cidadania, opinião pública.

**Abstract:** This article is the text of an intervention on a Political Science's Ph D public discussion. The research was attempting to measure the pulse of the popular contentment or discontent with the present regime and the political system in Portugal.

**Keywords:** political system, democracy, Portugal, citizenship, public opinion.

É tempo de júbilo, e de trabalho. De júbilo, por o curso de doutoramento em Ciência Política da Universidade Lusófona do Porto começar a dar os seus frutos em teses, e – antecipo conclusões – teses da categoria desta, que constitui um marco. De trabalho também, porque, desde já confessamos, uma tal obra, não sendo em si extensa (o texto propriamente dito, sem paratextos, não chega às 300 páginas – o que é até pouco para quem está habituado às mastodônticas teses de Direito), daria verdadeiramente pano para mangas se a fôssemos analisar em pormenor. *Brevitatis causa*, não o faremos. Temos até a desconfiança de que um diálogo com tantas coisas polémicas que aqui nos traz daria ensejo, se tivéssemos tempo, a uma arguição talvez maior que a própria tese. Ora, como é óbvio, a isso pouparemos o candidato, o júri e o auditório, procurando ater-nos ao tempo regulamentar. Embora desde já roguemos uns minutos de tolerância... Apenas uns minutos.

Devo apenas advertir o público que venho do Direito, onde nestas provas há fama de correr sangue em abundância, com choro e ranger de dentes. Temos, descontando os exageros, uma forma talvez directa e sem paninhos quentes, e os bons candidatos devem responder taco a taco. Nunca fomos de torturar os candidatos, mas diremos sem rodriguiños o que temos a dizer, até porque o candidato, aliás habituado ao debate, não se sentirá nem intimidado nem melindrado. Pelo contrário, não seria um bom serviço que estas provas fossem uma melopeia de concordâncias e uma girândola de simples elogios.

---

<sup>1</sup> Arguição nas provas de doutoramento em Ciência Política do Mestre Mário Nuno Neves, na Universidade Lusófona do Porto, em 14 de Dezembro de 2011. Omitiram-se, *brevitatis causa*, as palavras de saudação e circunstância.

<sup>2</sup> Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

O emérito catedrático compostelano Francisco Puy Muñoz afirmou um dia em plenas provas de doutoramento de um doutorando por si orientado que nunca ninguém tinha ficado célebre pela sua tese de doutoramento. A qual deveria ser – como hoje já se vai dizendo mas pouco praticando, disse até escassas consequências se tirando - um ponto de partida e jamais de chegada e jamais o coroamento de carreira de um investigador. Parece haver estórias interessantes com teses de doutoramento de pesquisadores célebres – como terá ocorrido com a de Milton Friedmann – mas isso não significa celebridade pela tese.

Sem querer fazer vaticínios, esta tese teria todos os ingredientes para tornar célebre o seu autor. O que não significa que Francisco Puy esteja errado. Mas que ela contém muitos elementos de actualidade e polémica, digamos assim de «não tese» nos moldes de um aticismo clássico e convencional que lhe poderão permitir vir a navegar noutras águas, mais mediáticas, e menos académicas.

E contudo, se há tese que é *tese* no sentido mais original do termo, será certamente esta. O autor quer convencer-nos, com eloquência, elevação e lisura, daquilo em que acredita, da sua *tese*.

Fica então o avaliador (é para isso que aqui estamos – *hélas!*) numa situação delicada, por não saber se mais apreciar a genuinidade de um trabalho com real autoria – coisa que, com as mesclas tão em voga já criticadas por Jacques Leclercq, acaba por escassear, e por isso mais de louvar -, se concentrar-se no contraponto dessa inteireza e até originalidade (*não há bela sem senão*), que é a inevitável escolha de um caminho, com a sua narratividade argumentativa própria, a qual, pela natureza das coisas, há-de quase sempre de algum modo excluir ou preterir visões alternativas, a não ser incidentalmente e com intenções de polemicamente as afastar e rebater. E isso nem sequer será muito a preocupação do candidato, que tem muito que dizer e que citar na estrita economia do seu discurso.

Discurso, na verdade, sedutor, potenciado pela desenvoltura das suas teses. Julgo que será considerado (e correctamente) pelo autor como um elogio dizer que não sacrifica aos deuses da correcção política, nem sequer, em geral, ao lugar comum. Mas quem não cai, aqui e ali, no tópico corrente?

Mesmo o candidato, a p. 7, insiste, como é hábito, e óbvio, na multidimensionalidade da crise. Voltará na p. 110, n. 211, ao tópico da instabilidade governativa, inegável da I República, mas não a matiza como fazem um Salgado de Matos e já um Oliveira Marques, colocando-a em contexto - é que parece que só D. Manuel II teve 7 governos, e só os absolutismos são estáveis. Até Salazar demitia frequentemente os seus ministros, sendo ele apenas governativamente estábilíssimo, até cair de uma cadeira de lona. Apesar de toda a nossa antipatia pessoal pelo Estado Novo, não cremos que Rui Ramos, citado sem comentário a p. 115, n. 224 tenha razão ao desterrar dele toda a real protecção jurídica. Kelsen, que era social-democrata e perseguido pelo nazismo, talvez se tenha enganado quanto à essência do regime ao considerá-lo um Estado de juristas. Mas, não façamos essa ofensa de pensar que seria um Estado totalmente fora da lei. Aí está um bom tema para um sereno estudo, sem paixão ideológica. Cremos que pelo menos se visava manter a legalidade em matérias não imediatamente políticas, e ao menos um *fumus* de legalidade nas demais, ainda que se agindo contra ela. Como regime hipócrita que era, prestaria o culto postigo do vício à virtude. Finalmente, não parece concorde com a mais funda lição da História, desde Jaime Cortesão *d'Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, a Pascoaes, a Agostinho da Silva dizer-se que a nossa democracia é jovem, como tanto se ouve, e se diz, *inter alia*, p. 290 (de juventude do regime se fala a p. 285). Esta fórmula, ou sistema, é jovem, mas há raízes fundas de democracia *lato sensu* ao menos, que vêm de muito longe (desde pelo menos o municipalismo), e terão mesmo

frutificado na diáspora, desde logo no Brasil, terra de «portugueses à solta», como lhe chamou Agostinho da Silva.

Lê-se esta obra facilmente e com muito agrado. O texto é claro, incisivo, escoreito. Por vezes, apesar dos protestos de objectividade (por exemplo a p. 284), o uso reiterado da primeira pessoa, e mesmo (nessa mesma p. 284) a convicção, explicitamente afirmada, de que há uma «mensagem evidente transmitida pelos factos» (p. 284), não deixarão de evidenciar uma considerável parte de subjectividade mesmo no que o doutorando considerará serem factos. Porque não considerar essa provocadora tese de Nietzsche, segundo a qual "Gerade Tatsachen gibt es nicht, nur Interpretationen" (simplesmente não há factos, só interpretações). Seria interessante, e quiçá uma boa forma de começar, que o candidato, que certamente foi, como nós, aluno de Mestres excelente de Teoria da História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (e a quem, pelo menos por isso, a problemática não é estranha), aprofundasse um pouco mais perante nós agora essas bases epistemo-metodológicas, quais andaimes invisíveis no seu trabalho, apesar do interessante começo, convocando designadamente Thomas Kuhn. A propósito do que, porém, crêmos supérflua a nota 2 da p. 10, dado dirigir-se, pelo menos agora, o candidato a um júri que, não se podendo presumir omnisciente, tem contudo obrigação de conhecer um autor da importância do referido. Mas o candidato não se fica por aqui, dando-nos amiúde este tipo de notas. Na página 64, por exemplo, elucida-nos sobre nada menos que três autores Contemporâneos: Juergen Habermas, Robert Dahl e David Held. Admitamos que o último pudesse merecer a nota... obviamente sem desdouro...

Aí está um pequeno exemplo de como o candidato alarga consideravelmente o destinatário presumível do seu estudo. Isso lhe facilitará certamente a recepção, quando vier a publicar este estudo, o que desde já consideramos recomendável. Não podemos é deixar de considerar que cada sacrifício à divulgação, se não for muito bem doseado, pode ser um calcanhar de Aquiles na apreciação da obra pela comunidade científica.

Alguns, mais agelastas, como diriam Rabelais ou Rorty, talvez lhe possam criticar, além da vulgarização, a falta desses tecnicismos *crypticos* que tornam os escritos científicos impermeáveis à abordagem dos leigos. Mas estamos em crer que essa leveza e transparência é normalmente mais uma virtude que um defeito, embora, como veremos a seu tempo, algum maior cotejo designatório e conceitual aqui e ali fosse proveitoso, para alargar o espectro de fontes e de perspectivas.

Dá a sensação, ao ler esta dissertação, de estar a ouvir o seu autor dissertando. Ele é, além de politólogo e historiador de formação (o que se reconhece, desde logo pelo tipo de argumentação que se confunde com a narração – particular prerrogativa do historiador) também um protagonista político (como declara, aliás, com lisura, a p. 285) experiente, sabedor, a que não falta argúcia e vivacidade intelectuais e que, como ficará patente nestas provas, é, além do mais, um polemista brilhante e até... temível.

Num tempo em que as teses deixaram de ser em grande parte feitas por vocação, mas para preencher requisitos de quem quer ser professor, o Mestre Mário Nuno Neves, que não que eu saiba docente, escolheu fazer tese sem que disso precisasse para o seu exercício profissional, por verdadeira vocação. Isso dá-lhe uma vantagem enorme sobre muitos outros, mas, como em tudo na vida, ubi commoda, ibi incommoda. Dá-lhe uma grande liberdade. Toda a tese respira liberdade de expressão (valor altíssimo). O autor pôde permitir-se dizer o que quer, com as regras que aceita. Naturalmente, muito aprendeu do seu orientador, que com louvável *suum cuique*, não deixa de citar e a quem desde logo agradece (agradecer a Leonardo da Vinci, de quem gosto, ou a Dom João II, que me é antipático – digo-o só para declaração de interesses - já me parece mais complicado, porque não podemos adivinhar o que eles pensarão

disso; mas já vi teses que agradecem a Deus, o que, com o devido respeito, me parece muito mais arriscado).

É da liberdade de espírito e de expressão que falo. E ela transparece por toda a obra. Outros, certamente, procurariam os nem-nem-ismos de que fala Barthes nas suas *Mythologies*, acantonar-se-iam num discurso redondo e ambíguo, não sabemos se por receio de chocar, sem por medo das represálias, se simplesmente por embotamento do espírito, que permite ser-se investigador e professor sem ter ideias próprias e sem sequer ousar escolher de entre o cardápio vastíssimo de ideias alheias. Pois o nosso candidato de hoje – e isso é revigorante, como isso é revigorante! – tem coisas a dizer, e que pensou. Os condimentos e a confecção geral são seus.

Obviamente, não tirou de si todas as ideias, como a aranha de si mesmo faz nascer o fio da sua teia. Mas aproveitou à sua maneira os materiais que se vê ter coligido com gosto, com carinho até. E por isso nem sempre acolhe opiniões que não confluem com o seu fio de pensamento: ou gostaríamos que o tivesse feito mais. Por exemplo: é certo que tem a deferência, a p. 249 ss., de, quando afirma que o sistema político é semi-presidencialista (o que, como ele sabe, alguns consideram um *tertium genus* que leva «água no bico» ideológico), dizer que o faz «por uma facilidade de interpretação dos inquiridos» (está por provar porque seria mais fácil...); contudo, não parece comover-se com uma ainda mais discutível designação logo no título da sua tese, quando designa o actual statu quo por III República. Não é uma designação inócua. Quem o faz conscientemente, em geral, ou são monárquicos, interessados em contar o Estado Novo entre as Repúblicas, ou são de algum modo revivalistas do Estado Novo, ou de todo o modo críticos da ideia republicana de República, para quem a classificação pedestre que aquilata os regimes pela coroa ou chapéu do primeiro magistrado bastaria. Fosse qual fosse critério (e não regateamos a legitimidade de se optar por um qualquer, desde que justificado e cotejado com os demais: isso é que é cientificamente válido), seria útil uma nota de rodapé ao menos explicitando logo no início as razões. Teria que ser no início, e de forma bem visível. Porque é uma opção importante. E as razões deveriam ser fortes, além de ser curial citarem-se alguns autores que optam por considerar a actual II e não III República. Pode parecer um preciosismo, mas uma capa com este título imediatamente atrairá uns e afastará outros leitores.

Já que falamos de Sistema Político, e uma vez que ele é objecto fundamental não só do título da tese como do seu assumido «problema» (logo na p. 5: «terá a instauração e evolução do Sistema Político da III República correspondido aos anseios e aspirações do povo português?») é verdade que – e muito acertadamente – começa por citar (a p. 86) o Prof. António José Fernandes, quanto à grande tendência para a confusão entre este conceito e o de regime político. Contudo, permita-se-nos que citemos um exemplo do perspectivismo nesta matéria, para vermos como é complexo optar por uma nomenclatura e uma catalogação. Talvez seja um exemplo superabundante (alguns dirão: *quod abundat non nocet*), mas entre ele e a escassez há-de encontrar-se, certamente, a virtude:

“Por exemplo, aquilo que MARCELO CAETANO designa de forma política do Estado é estudado por outros autores como forma de governo, sistema político ou mesmo forma de Estado. CARL SCHMITT alude à democracia, aristocracia e monarquia como formas de governo<sup>3</sup>. REINHOLD ZIPPELIUS estuda as formas de Estado, discutindo as monocracias, as oligarquias e as democracias<sup>4</sup>. NORBERTO BOBBIO fala das formas de governo, registando os grandes contributos da filosofia e

---

<sup>3</sup> “Cfr. *Teoria de la Constitución*, Madrid, 1992, pp. 201 e ss”.

<sup>4</sup> “Cfr. *Teoria Geral do Estado*, Lisboa, 2.ª ed. 1984, pp. 70 e ss”.

das ideologias políticas quanto às formas políticas<sup>5</sup>. GIAFRANCO PASQUINO alude às formas de governo identificando as presidenciais, parlamentares e semi-presidenciais<sup>6</sup>. OLIVIER DUHAMEL, como aliás grande parte da doutrina francesa, considera sistema político aquilo que MARCELLO CAETANO designa por regime político e atribui à expressão regime político o significado de sistema de governo na concepção marcelista<sup>7</sup>.

Na doutrina portuguesa a diversidade não é menor. GOMES CANOTILHO estuda o parlamentarismo e o presidencialismo sob a etiqueta combinada de forma de governo e sistema político<sup>8</sup>. JORGE MIRANDA, por seu lado, dá à expressão forma de governo um significado amplo que a aproxima do conceito de regime político de MARCELO CAETANO<sup>9</sup>. MARQUES GUEDES atribui à expressão ‘sistema político’ um sentido também amplo que parece consumir as ideias de regime e sistema de governo<sup>10</sup>. LUÍS SÁ refere que o estudo das formas de governo se situa ao nível do Direito Constitucional enquanto que o sistema de governo ao nível da Ciência Política<sup>11</sup>. E há ainda autores, como MARCELO REBELO DE SOUSA, que adicionam às restantes a noção de regime económico como ‘a forma abstracta de organização do processo de produção envolvendo a propriedade dos meios de produção e a sua gestão e controlo social’<sup>12</sup> no estudo global da forma política do Estado<sup>13</sup>.

Desprendendo-nos agora deste caso: a questão está em saber se, no limite, uma obra científica é uma lista de telefones de autores, com as suas teorias adversas, e sem uma conclusão raciocinada própria, ou se é apenas um apriorismo dogmático, ou polvilhado de meia dúzia de testemunhas abonatórias unilaterais. Nem uma coisa nem outra.

Há momentos em que as fontes confluem demasiado num sentido. Um exemplo entre os muitos possíveis: entre as pp. 232 e 233 há um crescendo quase apocalíptico: primeiro o Eurobarómetro 70, relatório nacional de 2008, depois, o estudo de Deloitte de 2010, no contexto do «Projecto Farol», logo a seguir as manifestações de 12 de Março de 2011: dá todo o crédito a um cenário pouco menos que dantesco quanto ao descontentamento difuso com o Sistema. Mas não poderia, no fundo das coisas, haver antes descontentamento com, digamos, o regime (todos os monárquicos assim o juram), ou apenas o governo (todas as oposições assim o afiançam), ou, mais que isso, com a condição de se ser português ou até o mal de se existir? Não poderá ser esse negativismo nacional de que falou Pascoaes na *Arte de Ser Português*, ou de que se queixava Marcello Caetano numa sua conversa em

---

<sup>5</sup> “Cfr. *A Teoria das Formas de Governo*, Brasília, 1980”.

<sup>6</sup> “Cfr. *Curso de Ciência Política*, Lisboa, 2002, pp. 238 e ss”.

<sup>7</sup> “Cfr. *Les démocraties, régimes, histoires, exigences*, Paris, 1993”.

<sup>8</sup> “*Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra, 7.ª edição, 2003, pp. 573 e ss”.

<sup>9</sup> “Cfr. ‘Governo (formas e sistemas de)’, in *Polis, Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, Lisboa, 1985, vol. III, cols. 76 e ss”. Assinale-se, para além do citado, o mais recente estudo de MIRANDA, Jorge — *Formas e Sistemas de Governo*, Rio de Janeiro, Forense, 2007. Aí se consideram formas de governo as de relação entre a comunidade e o poder político e sistemas de governo os modelos de disposição e articulação entre si dos órgãos de poder.

<sup>10</sup> “Cfr. *Sistemas Políticos*, Coimbra, 1990 (Separata do Número Especial da Revista da Faculdade de Direito de Coimbra, ‘Estudos em Homenagem ao prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró’)”.

<sup>11</sup> Cfr. *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político*, Lisboa, Caminho, 1994, p. 44.

<sup>12</sup> “Cfr. *Direito Constitucional, I — Introdução à Teoria da Constituição*, Braga, 1979, p. 314.

<sup>13</sup> LEITE PINTO, Ricardo / MATOS CORREIA, José de / ROBOREDO SEARA, Fernando — *Ciência Política e Direito Constitucional. Teoria Geral do Estado e Formas de Governo*, 3.ª ed. – revista e ampliada, Universidade Lusíada Editora, 2005, pp. 199-200.

família (cito dois autores insuspeitos de simpatias com a dita III República), como sendo característica entranhada nossa. E será que esse dizer mal é mesmo sentido, ou apenas uma maledicência mais ou menos superficial? Também os Portugueses gostam de dizer mal da sua terra, e contudo não suportam muito bem que estrangeiros lho recordem. Diz, por exemplo, Oliveira Martins, fino conhecedor do nosso carácter, algo que pode esclarecer todo o pessimismo que perpassa pela tese acerca do sistema político, que, nesse enquadramento, seria afinal coisa mais funda (é que ainda por cima não temos dados do género para a Monarquia, para o Estado Novo, etc. Será que D. Afonso Henriques seria muito popular? E D. Fernando I? E o Marquês de Pombal?). Mas oiçamos o autor daquela que será talvez a *História de Portugal* mais elegantemente escrita que temos até hoje :

«Daí vem o caso, talvez único na Europa, de um povo que não só desconhece o patriotismo, que não só ignora o sentimento espontâneo de respeito e amor pelas suas tradições, pelas suas instituições, pelos seus homens superiores; que não só vive de copiar (...) de um modo servil e indiscreto; que não só não possui uma alma social, mas se compraz em escarnecer de si próprio, com os nomes mais ridículos e o desdém mais burlesco. Quando uma nação se condena pela boca dos seus próprios filhos, é difícil, se não impossível, descortinar o futuro de quem perdeu por tal forma a consciência da dignidade colectiva».

A questão é muito complexa. O candidato, que sabemos ser internauta, porque nele já nos cruzamos na *Internet*, terá decerto visto o vociferar demencial com que muitos dos nossos compatriotas reagem, a qualquer notícia. Isso não tem a ver com o regime ou com o sistema. Parece ser um desespero de quem está sobretudo de mal consigo, e, por consequência, de mal com o mundo. Qualquer regime ou sistema terá nesse barómetro permanente uma boa fonte de reflexões. O interessante é que os anátemas, os impropérios, os insultos, a raiva espumando, não vai só para este ou aquele lado político. Estes sectores de descontentes, que aliás mutuamente se anulam, porque estão descontentes por coisas simétricas, agigantados sempre pela grande caixa de ressonância dos media ávidos de sangue, escândalo e péssimas notícias, não contribuirão para disseminar esse clima de negativismo? Não cremos haver ainda estudos suficientes sobre os rumores, os boatos, e o seu impacto na representação sobre o sistema político. Por isso, também, nos parece arriscada a referência que aos rumores se faz a p. 238, por se poder prestar a más interpretações. O rumor tem de ser tratado, até prova, como rumor. Cremos que é, aliás, nesse sentido que é convocado, não é?

Haveria que fazer certamente como ponto prévio uma psicanálise e uma antropologia do português (como a de Eduardo Lourenço em *O Fascismo nunca existiu*, da Dom Quixote), e talvez não fizesse também mal uma análise das causas do nosso atraso (e concomitante obscurantismo) como é a recente de Fernando Pereira Marques, *Sobre as Causas do Atraso Nacional*, editado no ano passado pela Coisas de Ler. Seria interessantíssimo fazer uma leitura cotejada destes dois livros com a presente tese. Porque se dão nas outras duas explicações de fundo que podem quiçá questionar o enquadramento e a interpretação dos dados inegavelmente interessantes por esta tese trazidos.

Outra metodologia interessante utilizada pelo candidato é a citação, em rodapé, de mais ou menos extensos textos em abono das suas posições. Seria interessante que mais textos houvesse contraditando-as. Até para que, dialecticamente, por sua vez fossem rebatidos. E cremos ser manifestamente exagerado o « tempo de

antena » dado ao discurso de abertura do ano judicial proferido pelo bastonário Dr. Marinho Pinto – uma página e meia de nota de rodapé, logo, mais que isso se fosse em letra com corpo normal. Sobretudo porque o texto (igualmente polémico) nos é dado sem comentários. Nova pergunta directa ao doutorando: deveremos presumir que subscreve ele todas as reflexões aí citadas, ou o texto é apenas ilustrativo?

Mas voltemos ao nosso fio condutor.

Enquanto noutros há a sensação de trabalho de funcionários, cumprindo mínimos e encomendas alheias, servis perante o que o júri possa dizer ou objectar, o candidato de hoje apresenta-se-nos tal como é perante nós, de cabeça erguida, com a dignidade de autor independente. Dir-se-ia que traz consigo a frescura na face de cumprir um dever.

É uma obra feita com convicção, de convicções. Em certo sentido, se o autor não fosse tão jovem, diria que é o seu testamento político, com propostas de alteração ao sistema político. Não entrando no pormenor, gostaria apenas que nos esclarecesse a sua posição sobre uma que andou recentemente em discussão, a das primárias abertas ou fechadas nos partidos políticos.

Duas palavras sobre questões formais.

Formalmente, estranhei, antes de mais, que na Universidade Lusófona do Porto, em que de há muito vigora o acordo ortográfico, a tese esteja escrita ainda na fórmula arcaica. Não critico, porque mesmo depois do curso que aqui mesmo frequentei, aliás excelente, ainda não tenho coragem para escrever na nova norma. Mas creio que hoje todas as obras terão que ser «traduzidas»...

Sendo a tese muito bem escrita, superando o esperado de um trabalho científico deste género, não posso deixar de referir meia dúzia de incomodidades ou «implicâncias» (embirrações) de estimação, que terão quiçá transitado do léxico plastificado dos *media* para um estilo que, na sua base, é muito mais depurado e elegante.

Logo na p. 10, topamos com o inevitável «incontornável»; a p. 244, um «no pós-25 de Abril» que aliás temos dúvidas se não será apenas «no 25 de Abril» ou «aquando do 25 de Abril», porque o «pós-25 de Abril», pelo menos para alguns, será todo o período que sucedeu a essa data... portanto, de 25 de Abril de 1974 até hoje, hoje, e até amanhã, amanhã...: a p. 285 há um «percepcionar», que bem poderia ser «apreender», «concluir», «aperceber»... e na mesma página um «extremamente» que talvez seja apenas «muito» ou «muitíssimo». Não insistamos em minudências.

No pleno formal-instrumental, a serpente de plástico que une as páginas é incómoda quando se manuseia a obra, em busca de referências adiante e atrás. Só uma leitura corrida o não notará.

É bonita, e denota cuidado estético, a colocação do título no final das páginas. Não sei se tem utilidade além dessa.

A Bibliografia é sempre susceptível de se encontrarem mil e uma ausências. Além das que contrariam a tese do autor (e essas seriam muitas), e do par de obras que já mencionei, citarei apenas um livro : creio que uma outra tese, já editada, em registo muito diferente, mas com algumas preocupações convergentes, só que centradas no domínio específico das liberdades e da justiça, poderia dar motivo e inspiração a outros voos: é *Estado contra Direito*, de José Preto, editada no ano passado em Lisboa, pela Argusnauta.

Não é uma crítica da omissão (não se pode ler tudo !), é uma sugestão de leitura, que creio poderia ajudar à sua tese – com a qual, como já ficou claro, creio não ser deontologicamente certo polemizar.

Porque não deve prevalecer-se o arguente dessa qualidade para, no uso de uma *potestas* académica, que discutivelmente, no caso, seria uma *auctoritas*, tratar de matéria não academicamente apreciável, como sejam as opiniões políticas do candidato.

Vale neste particular referir que este estudo, sendo, como referimos, um exercício saudável de liberdade científica, por vezes se arrisca a abeirar-se em excesso do limite. Porquanto não é de molde a validar a objectividade a rotunda expressão de juízos politicamente polémicos, e nada consensuais, do domínio da *doxa*, da opinião. Como, por exemplo, quando se afirma a p. 287 que «é perspectiva geral» em relação ao PS e ao PSD que «a única preocupação dos mesmos é a conquista desses mesmo ‘Poder’ como forma de contentamento e satisfação dos interesses das suas próprias clientelas ((eu preferia que se dissesse, no plano estritamente estilístico apenas « de satisfação»)). Pergunta-se, se os demais partidos não terão clientelas, se sempre e cabalmente assim será, e sobretudo qual o barómetro utilizado para avaliar dessa «perspectiva geral», que deveria corresponder a uma larguíssima maioria, senão mesmo a unanimidade... Idêntica generalização, neste caso cremos que algo irónica (mas como *mutatis mutandis* diria o Prof. Peter, o do respectivo princípio, na Universidade é preciso avisar quando se conta uma anedota, senão ninguém ri; e pior ainda quando se usa da ironia), é a de que «todos» nos teríamos alegrado com «a subsídição da destruição da agricultura, do sector pesqueiro e da frota mercante». O que talvez a maioria dos portugueses tenha feito terá sido uma passiva falta de indignação perante essas formas de destruição da economia, e naturalmente, da soberania. Mas a forma de colocar a questão sempre pode provocar a réplica: «eu não fui dos que me alegrei; logo, não foram todos». Ao contrário de muitos candidatos, que vivem sob o espectro do que se lhes poderá perguntar, acredito que a desenvoltura do candidato não perdeu o sono com o estudo dos melindres e das estratégias de sobrevivência.

Na mesma linha um pouco temerária (felizmente há liberdade de expressão no meio académico), embora inegavelmente sincera – mas a sinceridade talvez não seja a máxima virtude numa tese – se afirma, mais uma vez apenas sobre o PS e o PSD: «muita vezes, demasiadas vezes, esses dois partidos enganaram os Portugueses» (p. 247). Teria sido mais científico imediatamente enunciar, em nota ao menos, uma pelo menos meia dúzia de vezes em que comprovadamente tal tenha ocorrido, com as respectivas fontes.

Isso não contribui para a credibilidade científica da tese, embora possamos invocar (e como vêm estou a fazê-lo, em homenagem ao contraditório, além de, para mais, conceder que até estou de acordo, em casos como os citados) no *sed contra* que um Raymond Aron, contra a assepcia científica, considerava não se poder caracterizar a ditadura sem o elemento valorativo sobre a nocividade ou maldade da mesma (cito de cor). E do mesmo modo não há rosa sem perfume, nem o tigre é o gatinho em ponto grande. Há por vezes que fazer intervir caracterizações valorativas. O problema é a sua comprovação e justificação.

Já num terreno muito diferente há a louvar a realização e análise de estudos de campo. Perguntaria ao candidato se, da análise dos gráficos apresentados não se poderiam tirar legitimamente conclusões mais tranquilizadoras. Acredito que há várias leituras possíveis.



Desde logo porque se perguntam coisas não consensuais sequer no perguntar e nos pressupostos das questões. Mais poderes ou menos? E sabe o inquirido os poderes actuais? O dizer-se o sistema semi-presidencialista tem outra conotação do que dizer-se para-parlamentarista, ou até mesmo parlamentarista (tudo possibilidades legítimas). Seria interessante tentar um grupo testemunha deste em que fossem testadas as variantes... Já que testar o mesmo grupo seria confuso.

Abreviando, vejo nos gráficos sobretudo o proverbial equilíbrio de posições que, extrapolando um pouco, muitas vezes se vê nos resultados eleitorais. Também aí o que se convencionou chamar direita e o que se convencionou chamar esquerda normalmente apenas por pouco não empatam. Assim, e para nos limitarmos a um exemplo – o tempo *ataca fugindo* - no gráfico 1 da p. 255 vejo que os que querem diminuir e manter os poderes presidenciais são 38% + 17%, ou seja, 55%, enquanto os que querem aumentá-los são apenas 44%. Pelo que não me parece líquida a explicação da p. 265, em que se refere «ligeira predominância daqueles inquiridos que gostariam de ver os poderes presidenciais reforçados». A verdade é que são 44% pró-presidencialismo, digamos (pois nisso no limite se reverteria o reforço) contra 38% dos que defendem o actual parlamentarismo, havendo contudo mais 17% que pretendem um parlamentarismo mais puro ainda, com diminuição dos poderes presidenciais.

Deixo com pena nos meus apontamentos muitas reflexões e sugestões. Terminaria voltando ao princípio: a questão que o candidato coloca não estava já respondida à partida? E, em rigor, creio que não era uma, mas duas questões, que talvez possam não ter a mesma resposta: a primeira é sobre a identificação e satisfação do povo com a instauração do sistema político da III República. A segunda, com a sua evolução. Não seria de aprofundar agora essa possível distinção?

Por outro lado, um obstáculo de princípio, que para alguns dificulta todo o problema. Será que se pode apreciar, global, unitariamente, essa satisfação para todo o povo português? No povo sempre há grupos, parcelas, segmentos. Não raros teóricos dirão que há interesses antagónicos, classes em conflito, pelo menos governantes e governados. Pelo que, realmente, a desagregação desse povo em percentagens de inquiridos, como foi feito, faz todo o sentido: dando uma imagem espectral e multicolor da luz aparentemente una e branca que é mistura de todas as cores, como ocorre nesta questão política.

Por coincidência, foi publicada ontem num *blog* uma mesa redonda com três responsáveis pela resistência armada ao Estado Novo, da ARA, da LUAR e das Brigadas Revolucionárias<sup>14</sup>. Tenho a certeza que o moderador não combinou com o nosso candidato a última pergunta que todos dirigiu: «Quando lutavam, arriscando a liberdade e a vida, era com o tipo de democracia que hoje temos que sonhavam? O sistema político que hoje vigora em Portugal, era o vosso objectivo?».

Com variantes, e mais ou menos esperança, todos concordaram que, como diria também um dia Ortega y Gasset, «no es esto». Mas obviamente que todos acharam que de modo nenhum era o que estava antes. Ou seja, o problema acaba por ser, se se quer outro sistema, ou este sistema, outro. Este regime, ou ainda este regime, mas renovado.

Estas provas destinam-se a avaliar a ciência, mas também a testar a plausibilidade e portanto a verosimilhança que é capaz de ser transmitida pelo discurso

---

<sup>14</sup> <http://aviagemdosargonautas.blogs.sapo.pt/>

escrito, aqui defendido pelo verbo falado. Estou certo de que as dúvidas deixadas pelo primeiro poderão com brilho ser colmatadas pelo segundo.

Desde já quero felicitar o candidato pelo seu trabalho, e desejar-lhe as maiores felicidades.

Recebido para publicação em 04-05-12; aceito em 12-07-12